

A categoria socioprofissional: uma proposta de abordagem para o estudo das formas de tratamento

*The social-professional classification:
a way to approach the study of forms of address*

Recebido em 20 de maio de 2015. | Aprovado em 30 de junho de 2015.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v1i1.179>

Vanessa Martins do Monte¹

Resumo: O presente artigo propõe a inserção de uma nova categoria para analisar o uso das formas de tratamento (doravante FT's) em língua portuguesa, especificamente no português brasileiro setecentista e oitocentista. Uma das principais categorias utilizadas em pesquisas que buscam descrever e analisar a história e o uso das FT's são aquelas ligadas à simetria e à assimetria das relações epistolares, que procuram estabelecer as FT's preferenciais de acordo com o tipo de relação. A partir de um *corpus* constituído por cartas oficiais lavradas na capitania de São Paulo entre 1765 e 1775, procedeu-se à classificação das relações epistolares em simétricas e assimétricas, apoiada em rigoroso estudo do contexto sócio-histórico da época. Verificou-se, no entanto, que, independentemente da simetria ou assimetria da relação, a FT preferencial era *vossa mercê*. A fim de comprovar se se tratava de uma particularidade da amostra, ampliou-se o *corpus* de pesquisa, acrescentando-se documentação de natureza semelhante com datação tópica variada, a saber: capitanias do Rio de Janeiro, de Santa Catarina e da Bahia, além de cartas da região da Baixada Santista. Novamente, constatou-se o largo uso da abreviatura correspondente à FT *vossa mercê* tanto nas relações simétricas quanto assimétricas. Propõe-se, então, o uso da categoria socioprofissional do remetente e do destinatário – de acordo com abordagem teórica desenvolvida por Marquilhas (2000) – associada à classificação da relação epistolar nos eixos simétrico e assimétrico. A categoria socioprofissional é fator relevante para a escolha de FT's, conforme demonstrado por Monte (2013). O tratamento entre a categoria socioprofissional dos militares, por exemplo, dá-se quase exclusivamente por *vossa mercê*, independentemente da simetria/assimetria da interlocução, enquanto eclesiásticos marcavam linguisticamente as posições hierárquicas superiores por meio do uso de FT's de alto valor honorífico, como *vossa senhoria* e *vossa reverendíssima*.

Palavras-chave: formas de tratamento; filologia; cartas; *vossa mercê*; século XVIII.

Abstract: This paper proposes to add a new category to analyze the use of the forms of address in Portuguese, specifically in eighteenth and nineteenth-century Portuguese of Brazil. One of the main categories used in literature to describe and analyze the history and use of the FT's are those related to symmetry and asymmetry of the epistolary relationship. From a *corpus* formed by official letters carved in the captaincy of São Paulo between 1765 and 1775, it proceeded to the classification of epistolary relationships in symmetric and asymmetric, based on rigorous study of the socio-historical context of the period. It was found, however, that regardless of symmetry or asymmetry of the relationship, the preferred FT was *vossa mercê*. In order to check if it was a peculiarity of the sample, it has expanded the corpus of research by including similar documentation from varied places, namely: captaincies of Rio de Janeiro, Santa Catarina and Bahia, as well letters from the Baixada Santista region. Again, there was a wide use of the corresponding abbreviation of *vossa mercê*, both in symmetric and asymmetric relationships. It is proposed, therefore, the use of socio-professional category of the sender and the recipient - according to theoretical approach developed by Marquilhas (2000) - associated with the classification of the

¹ Professora Doutora da Área de Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil. vmmonte@gmail.com

epistolary relationship in symmetric and asymmetric axes. The socio-professional category is a relevant factor for choosing FT's, as demonstrated by Monte (2013). The treatment inside the socio-professional category of the military, for example, is made almost exclusively by *vossa mercê*, regardless of symmetry / asymmetry of the dialogue, while ecclesiastical marked linguistically the higher hierarchical positions through the FT's use of high honorific value, such as *vossa senhoria* and *vossa reverendíssima*.

Keywords: forms of address, philology, letters, *vossa mercê*, 18th century.

Introdução

O estudo das formas de tratamento (doravante FT's) em sincronias pretéritas requer uma seleção cuidadosa e, por vezes, difícil do *corpus*. Sabe-se que documentos de caráter interativo, como as cartas, são excelentes fontes de pesquisa, já que é possível localizar no texto do remetente a forma linguística eleita para tratar o destinatário, seu interlocutor naquela situação de comunicação (LOPES, 2012). Além da relação entre remetente e destinatário, é importante observar o que rodeia determinada relação epistolar. Assim, são dados a se investigar: se se trata de pessoas ilustres, pertencentes à elite, se escrevem a seus pares, se se dirigem a familiares e amigos, se o conteúdo da carta é íntimo, entre outros fatores.

Todas essas possibilidades que envolvem uma determinada relação epistolar são fundamentais para a descrição qualitativa da escolha e do uso das FT's. Quando se pesquisa textos do passado, especificamente dos períodos anteriores ao século XIX, torna-se mais complexa a recuperação da identidade e a consequente determinação de um perfil biográfico mínimo de autores e destinatários de missivas, ainda mais quando não se trata de pessoas ilustres. E tanto do ponto de vista linguístico quanto histórico é importante a recolha de documentos produzidos pelos chamados 'figurantes mudos' da história (SAMARA, 2005, p. 40). Pelo lado linguístico, tendem a ser testemunhos de um estado menos cuidado da língua, aproximando-se da norma popular coeva. E, pela perspectiva historiográfica, são fontes pouco exploradas, que podem trazer informações novas sobre determinados temas. A tentativa de se constituir um *corpus* que seja representativo do português brasileiro dificulta ainda mais a questão, visto que obter dados acerca da naturalidade dos escribas é tarefa árdua, e que pode, muitas vezes, resultar infrutífera.

Por outro lado, a importância de se reunir documentação com essas características reside no fato de ser crucial o levantamento de dados que possam colaborar com a construção da história das FT's no Brasil. Segundo Ramos (2011, p. 290), continua-se "ainda por fazer uma história das formas de tratamento no Brasil". Nesse sentido, manuscritos produzidos por gente comum, e não pertencente à alta esfera de poder, constituem importante amostra de análise. O quadro dos tratamentos brasileiros é ainda mais complexo que o de Portugal. E este último levou Cintra (1972) a compor uma das principais obras sobre o tema, justamente por conta de um comentário de dois pesquisadores ingleses que afirmaram que o sistema de tratamento do português era complexo e antiquado. Acrescente-se à complexidade dos tratamentos do português europeu a particularidade brasileira: nosso atual sistema de tratamento apresenta áreas em que ocorrem as formas *tu* (com e sem concordância) e *você*, além do processo de redução fonética deste pronome (*ocê*, *cê*). Uma das questões cruciais, portanto, é entender as causas da distribuição diatópica de *tu* e *você*, bem como o predomínio de um pronome sobre o outro. Nesse sentido, o estudo de documentação antiga, sobretudo produzida por aqueles nascidos na colônia, que apresente alto uso da FT *vossa mercê* pode auxiliar a responder essa questão, considerando-se que o pronome *você* é resultado do processo de gramaticalização da antiga FT *vossa mercê*.

A partir desse cenário, recolheu-se um conjunto de 74 cartas oficiais, lavradas na capitania de São Paulo, entre 1765 e 1775, procedendo-se à edição semidiplomática das mesmas e à pesquisa sobre a naturalidade e demais dados biográficos que pudessem ser localizados sobre os remetentes dos manuscritos. Foi possível identificar a naturalidade de mais da metade dos 55 remetentes, que, em sua maioria, haviam nascido no Brasil (MONTE, 2013). Além disso, a recolha de tais dados permitiu uma classificação mais precisa das relações epistolares nas três categorias tradicionais: relação simétrica, relação assimétrica ascendente e relação assimétrica descendente.

A partir desse *corpus*, doravante denominado *corpus* inicial, suficientemente descrito e contextualizado, discute-se a possibilidade de inserção de uma nova categoria de análise para a descrição e para explicações sobre o uso das FT's em língua portuguesa, especificamente no português brasileiro setecentista e oitocentista. As categorias frequentemente utilizadas em pesquisas do gênero são aquelas ligadas à simetria e à assimetria das relações epistolares, que, aliadas a teorias pragmáticas, como a da semântica do poder e da solidariedade (BROWN; GILMAN, 1960), procuram estabelecer as FT's preferenciais de acordo com o contexto simétrico ou assimétrico da comunicação.

A partir do *corpus* acima descrito, procedeu-se à classificação das relações epistolares em simétricas e assimétricas. Independentemente da relação verificada, simétrica ou assimétrica, a FT escolhida era quase unânime: as abreviaturas equivalentes à FT *vossa mercê*, que aparece abreviada em 100% das ocorrências. Em apenas 13 das 74 cartas verificam-se outras FT's que não *vossa mercê*. Realizou-se um detido exame paleográfico

das abreviaturas de todas as FT's encontradas, tendo em vista que surgem abreviadas na totalidade das ocorrências, como é frequente em documentos coevos.

O fato de *vossa mercê* aparecer em todos os tipos de relação parece apontar para uma expansão de seus contextos de uso, já que, diferentemente de FT's como *vossa senhoria* e *vossa excelência*, que conservam ainda atualmente traços semântico-pragmáticos de cortesia, a FT *vossa mercê* vai perdendo gradualmente seus traços cortesões, passando a ser usada em múltiplos contextos, como se demonstra pela análise dos *corpora*. Percurso semelhante é realizado, no século seguinte, pelo tratamento *você*, documentado em cartas pessoais do século XIX (RUMEU, 2013).

Ao lado da assimetria e da simetria das relações epistolares e a partir da contextualização sócio-histórica dos documentos, foi possível entrever outra possibilidade de analisar o uso das FT's nas cartas: a categoria socioprofissional dos remetentes e destinatários. Para comprovar a eficiência de tal categoria na análise das FT's, elegeram-se *corpora* de cotejo, constituídos também de cartas, que abarcassem período semelhante ao do *corpus* inicial.

Apresenta-se, a seguir, um breve panorama das FT's em questão, enfatizando a FT *vossa mercê*.

1. Breve panorama histórico das formas de tratamento

A origem da forma *vossa mercê* está relacionada à *mercê* real, remontando ao século XIV, quando são registradas suas primeiras ocorrências, nas atas das Cortes de 1331, sem concorrer com outras formas nominais. Construções como "pedir por *mercê*", no entanto, já eram atestadas desde o século XIII, nas Cantigas de Santa Maria (LUZ, 1958). A forma *vossa mercê* era utilizada exclusivamente como tratamento dado ao rei. No século XV, tal forma passa a concorrer com outras, como *vossa senhoria* e *vossa (real) alteza* (CINTRA, 1972). É nesse século, segundo Cintra (1972), que se situa o desuso do pronome de cortesia *vós* para o tratamento real. Até então, *vós* era o tratamento mais frequente dado ao rei e à rainha.

No século XVI, há uma generalização do uso de *vossa mercê* como forma de tratamento respeitosa e ela passa a ser dirigida também a fidalgos e condes. Segundo Cintra (1972), tal forma era usada no início do século XVI em casos especiais e bem determinados sempre que uma personagem queria se mostrar cortês com outra pertencente à pequena burguesia das grandes cidades; já em finais do mesmo século, porém, a FT não revelava a cortesia necessária para tratar com os altos cargos da corte. Inicia-se, nessa época, a perda de seu valor honorífico. Por isso, "durante séculos, vai tornar-se numa aspiração de todo aquele que quer subir na escala social o ser tratado por *Vossa senhoria*." (CINTRA, 1972, p. 22).

Houve duas leis que versaram sobre a regulação do uso das formas de tratamento, conhecidas como 'leis da cortesia'. A primeira delas, de 1597, promulgada por D. Filipe II, chamava-se "Lei sobre os estilos de falar e escrever" e foi editada por conta "das grandes desordens, e abusos que se tem introduzido no modo de falar, e escrever, e que vão continuamente em crescimento, e tem chegado a muito excesso, de que tem resultado muytos incouenientes" (LEI SOBRE OS ESTILOS DE FALAR E ESCREVER, 1597, p. 239.). A segunda, de 1739, promulgada por D. João V, é criada devido principalmente à extensão do uso da FT *vossa senhoria*, que estava sendo utilizada de forma abusiva, segundo o texto da lei (cf. CINTRA, 1972).

A FT *vossa mercê* é mencionada apenas na primeira lei, de 1597, como forma a ser utilizada genericamente, inserida na fórmula "Deus guarde a *vossa mercê*", colocada no final de cartas.

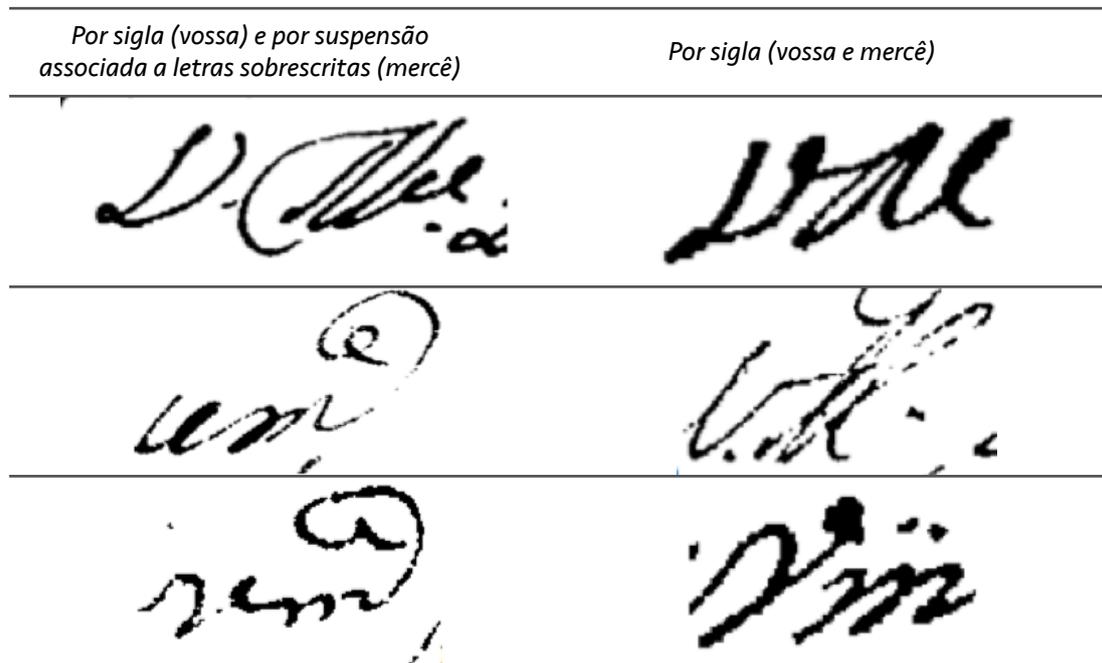
Os militares são mencionados na lei de 1739, ao tratar das formas a serem usadas com governadores de praças e capitânias. A lei não determinava um tratamento específico, *vossa excelência* ou *vossa senhoria*, apenas afirmando que ficam "todos obrigados a dar o tratamento, que conforme a graduação de seus postos lhes tocar entre os Militares" (CINTRA, 1972, p. 137). Esperava-se, portanto, que houvesse diferença de tratamento entre os militares do *corpus* inicial de acordo com a patente que possuíam.

2. As abreviaturas das formas de tratamento documentadas em manuscritos

As FT's localizadas nos *corpora* ora analisados são exclusivamente representadas por abreviaturas de diferentes tipos. Ora abreviam-se integralmente ambas as palavras, grafando-se apenas as iniciais "V" e "M"

abreviatura por sigla, ora abrevia-se parte da segunda palavra, escrevendo-se “Mce” ou “Me” abreviatura por contração ou síncope, normalmente com letra sobrescrita (MEGALE; TOLEDO, 2005).

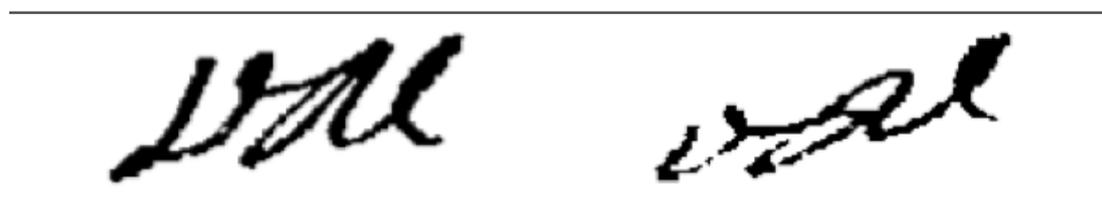
A seguir, encontram-se alguns exemplos de abreviaturas extraídos dos fac-símiles.



Quadro 1. Abreviaturas da FT *vossa mercê*².

Deve-se ressaltar que não é possível afirmar que estágio dessa FT a abreviatura representa. Atestam-se, por exemplo, no início do século XX, variações no processo de gramaticalização que resultou no pronome *você*, como: “vossemecê”, “vosmecê”, “vosmincê”, “vossuncê”, “voncê”, “vassuncê”, “vancê” e “vacê” (BASTO, 1927; AMARAL, 1955). Opta-se, na edição, pelo desenvolvimento da FT integral: *vossa mercê*, marcando-se em itálico as letras que não constam do original, em acordo com as “Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil” (MEGALE; CAMBRAIA; CUNHA, 2001). Não se encontrou nenhuma norma de edição específica relativa ao desenvolvimento das abreviaturas de formas de tratamento.

Pelo fato de as FT’s em manuscritos coloniais aparecerem, na maioria dos casos, abreviadas, é imprescindível análise paleográfica cuidada que respalde o correto desenvolvimento das mesmas³, sob o risco de se editar uma FT por outra, conforme apontado por Monte (2013). As figuras a seguir, abreviaturas de um mesmo punho, poderiam ser lidas, respectivamente, como a abreviatura de *vossa mercê* e de *vossa senhoria*.



Quadro 2. Abreviaturas de FT’s.

No entanto, segundo Monte (2013, p. 190), no exemplo da esquerda

² As imagens do *corpus* utilizadas neste artigo pertencem ao Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

³ Note-se que, ainda que raramente, são atestadas FT’s desenvolvidas, como pode ser verificado no ofício 2387 do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, editado pela pesquisadora Renata Munhoz, que nos alerta para essa particularidade. Encontra-se neste ofício, de 1768, a FT “Vossa Excellencia” grafada como tal.

é possível observar-se claramente o traçado do grafema *v* e do grafema *m*, iniciado a partir do final do grafema anterior, no alto do regramento imaginário utilizado pelo escriba. O *ductus* de tal grafema é composto por quatro traços: o primeiro desce em direção à linha inferior do regramento, o segundo torna a subir, formando-se com esses dois traços a haste inicial do grafema *m*; o terceiro traço é composto pela forma de uma letra *u*, descendo do ponto onde termina o segundo traço e subindo novamente à linha superior, onde se inicia o quarto e último traço, que desce em direção à linha inferior.

Já em relação à abreviatura da direita,

somente pela observação detida do *ductus* do grafema *m*, é possível compreender o traçado [...]: na realização do primeiro traço, o punho desce em direção à parte inferior do regramento virtual, porém de forma a realizar um ângulo mais aberto entre o traço final do grafema *v* e este primeiro traço do grafema *m*; o segundo traço sobe, mas não até atingir o topo do primeiro, terminando na metade deste apenas, de onde já é iniciado o terceiro traço, que não chega a formar a letra *u* como no exemplo anterior, uma vez que o traço desce muito pouco em direção à linha inferior, já subindo novamente para o início do último traço, que também desce pouco. (MONTE, 2013, p. 190)

Dessa forma, comprova-se o cuidado paleográfico a ser observado quando se estudam formas de tratamento, sobretudo nominais, em manuscritos de sincronias pretéritas.

3. Apresentação do *corpus* inicial e dos *corpora* de cotejo

O *corpus* utilizado para a análise, conforme descrito na introdução, constituiu-se de um conjunto de 74 cartas manuscritas, escritas entre 1765 e 1775, na capitania de São Paulo⁴. As cartas são classificadas como documentos da administração colonial em circulação pública, de acordo com categorização proposta por Barbosa (1999, p. 149): trata-se tanto de documentos "de caráter deliberativo oficial, quanto os de requerimento pessoal junto à estrutura de poder, em que pelo menos um dos interessados esteja na condição de pessoa jurídica ou de representação oficial do Estado."

Seus remetentes são majoritariamente militares, naturais da terra, além de eclesiásticos e ocupantes de outros cargos da administração colonial, como ouvidor, juiz de fora e intendente. As companhias de ordenanças e os corpos de auxiliares, instituições militares da época, deveriam ser formadas prioritariamente por aqueles nascidos na capitania (BELLOTTO, 2007; LEONZO, 1979). Para os postos de patente mais elevada, requeria-se, além disso, que fossem possuidores de cabedais.

A pesquisa acerca da naturalidade dos remetentes do *corpus* confirmou que os militares, se não nascidos na colônia, aí residiam há pelo menos 18 anos. Dos 55 remetentes, foi possível localizar 27. Desses 27, 67% nasceram no Brasil e 33%, em Portugal. Dos portugueses, mais da metade vivia no Brasil há pelo menos 18 anos. Dos 18 brasileiros localizados, 15 certamente nasceram em alguma vila da capitania de São Paulo. Dos 15 militares identificados, 10 nasceram seguramente em alguma vila da capitania de São Paulo, sendo que quatro deles vinham de famílias que estavam no Brasil há 6 gerações (MONTE, 2013). Sendo assim, pode-se afirmar que se trata de um *corpus* representativo do português do Brasil, mais especificamente do português da capitania de São Paulo, que se estendia por território bem mais vasto do que corresponde hoje o atual estado de São Paulo.

As FT's encontradas nas cartas editadas são, por ordem de frequência: *vossa mercê*, *vossa senhoria*, *vossa excelência*, *vossa reverendíssima* e *vossa majestade*. O uso da FT *vossa mercê* é majoritário: verifica-se em 61 das 74 cartas.

No *corpus* inicial, em todos os tipos de relação, tanto no eixo da simetria quanto no da assimetria, constatou-se o uso majoritário da FT *vossa mercê*. Ressalte-se que, devido ao contexto sócio-histórico a que pertencem os documentos, torna-se complexo estabelecer a simetria/assimetria de algumas relações epistolares. Tome-se como exemplo o caso de uma carta enviada de um capelão, Francisco Ângelo Xavier de Aguirre, a um

⁴ Das 74 cartas, seis foram escritas em capitanias vizinhas (Rio de Janeiro, Minas e Goiás) e uma foi escrita em Buenos Aires. Todas, no entanto, tratam de assuntos relativos à capitania de São Paulo, tendo sido dirigidas a ocupantes de cargos da administração colonial paulista.

capitão, Manoel Antônio de Carvalho. Trata-se de duas esferas sociais distintas, a dos eclesiásticos e a dos militares, sendo delicado determinar quem estava em posição superior ou inferior.

A partir dessa constatação, o *corpus* foi seccionado de acordo com o que se convencionou denominar categoria socioprofissional do remetente. Tal classificação se mostrou extremamente produtiva para analisar o uso das FT's. Com o objetivo de comprovar a validade do uso da categoria socioprofissional como instrumento de análise, optou-se pela ampliação do *corpus*, criando-se *corpora* de cotejo, constituídos de documentos rigorosamente editados de época e tipologia próximas.

Teve-se o cuidado de selecionar documentação de cotejo de constituição semelhante ao *corpus* inicial para que se tornasse possível a comparabilidade dos dados. Assim os *corpora* de cotejo apresentam as seguintes características:

- a) compostos por documentos setecentistas e oitocentistas, do período de 1764 a 1877 (semelhança de datação cronológica);
- b) constituídos de espécies documentais semelhantes: cartas e ofícios;
- c) formados por documentos da administração colonial em circulação pública, sendo classificados como documentação oficial em oposição à documentação pessoal ou privada;
- d) publicados seguindo normas conservadoras de edição semidiplomática, garantindo a fidedignidade das edições;
- e) datação tópica variável, tendo sido lavrados em diferentes capitanias, para ser possível a análise diatópica contrastiva;
- f) nomes e/ou cargos de remetentes e destinatários textualmente presentes, o que permite a correta classificação dos mesmos nas categorias socioprofissionais⁵.

Cartas e ofícios catarinenses do século XVIII, editados por Schreiner (2007), constituíram um ponto de cotejo interessante, visto que envolvem o governador interino da capitania, o militar João Alberto de Miranda Ribeiro, que possuía a patente de tenente-coronel. Encontram-se as FT's *vossa excelência*, *vossa senhoria* e *vossa mercê*.

Também envolvendo militares, a documentação editada por Silveira (2004), lavrada na Baixada Santista entre 1777 e 1827, traz dados de contraste sobre o uso das FT's pelos militares, sobretudo no início do século XIX, já que a maioria foi escrita nesse século. A FT preferencial é *vossa mercê*, apesar de algumas missivas oitocentistas enviadas a militares de altas patentes apresentarem a FT *vossa senhoria*.

Cartas baianas do século XVIII (LOBO, 2001), provenientes da antiga Comarca de Ilhéus, escritas por desembargadores-ouvidores ou juizes ordinários serviram como ponto de comparação do uso das FT's dirigidas a outros cargos da administração pública, também presentes nas cartas paulistas, como juizes e ouvidores. Documenta-se no conjunto de cartas selecionadas dessa obra apenas a FT *vossa mercê*.

As cartas de autoria do vice-rei Marquês do Lavradio, editadas por Marcotulio (2008), enviadas a diversos governadores das capitanias, revelam uso de FT's distintas em missivas remetidas a um mesmo destinatário. O governador de Santa Catarina, Francisco de Souza de Menezes, é tratado tanto por *vossa mercê* quanto por *vossa senhoria*. Nas cartas de *vossa mercê* o conteúdo parece exercer papel preponderante na opção por essa FT, já que se trata de assunto militar, como, por exemplo, nomeação de capitães e remessa de presos.

Em cartas setecentistas da administração pública, editadas por Rumeu (2004), verifica-se o uso de *vossa excelência* e *vossa mercê*. Trata-se de correspondência envolvendo governadores de capitanias e ocupantes de altos cargos da administração geral da colônia, como é o caso do ajudante de ordens Afonso Botelho de Sampaio e Souza.

Em virtude de número representativo de cartas do *corpus* paulista envolver eclesiásticos, optou-se por cotejar o uso das FT's com documentação eclesiástica dos séculos XVIII e XIX editada por Mota (2011). São documentos oficiais de diversas espécies documentais (petições, provisões, requerimentos, cartas etc.), referentes ao Convento da Lapa, na Bahia, lavrados entre 1764 e 1877. Assim como nas cartas paulistas enviadas a altos cargos

⁵ Nos raros casos em que não foi possível identificar textualmente a categoria socioprofissional dos envolvidos nas missivas, recorreu-se ao conteúdo do documento, aliado à contextualização sócio-histórica do mesmo, para a correta classificação na categoria socioprofissional.

eclesiásticos, documentam-se as FT's *vossa excelência*, acompanhada ou não da expressão *reverendíssima*, *vossa senhoria*, que poderia vir seguida da expressão *ilustríssima*, e *vossa reverendíssima*.

4. A categoria socioprofissional

A proposta de se utilizar a categoria socioprofissional de remetentes e destinatários para analisar o uso das FT's adveio da observação do *corpus* inicial. Verificou-se que os militares, independente da patente que possuíam, tratavam-se entre si por *vossa mercê* e que moradores, padres e juizes também escolhiam essa FT para se dirigir aos militares. Ou seja, era um indício de que, independente da posição superior ou inferior do remetente, o grupo constituído pelos militares parecia condicionar o uso da FT. Se um militar de alta patente tratava seu subordinado por *vossa mercê* e um morador que necessitava fazer um pedido à autoridade da vila, posto ocupado à época pelos capitães e sargentos das companhias de ordenanças, também utilizava a FT *vossa mercê*, tem-se um exemplo de uso da FT tanto em uma relação assimétrica descendente quanto em uma assimétrica ascendente. Essa expansão dos contextos de uso parece apontar para o caráter híbrido que *vossa mercê* já possuía na segunda metade do setecentos.

A abordagem das categorias socioprofissionais respalda-se no trabalho de Marquilhas (2000), que estudou a documentação seiscentista relativa aos tribunais do Santo Ofício, mais especificamente os depoimentos e documentos judiciais conservados como provas das denúncias, escritos por mãos inábeis, foco de seu estudo. Os ricos dados disponíveis sobre os depoentes, extraídos das fontes inquisitoriais, como sexo, idade, local de residência e classe socioprofissional, foram associados a propostas de categorização para comunidades semelhantes à do *corpus* português, como aquelas dos tribunais de Toledo e da alta Andaluzia.

Para o *corpus* paulista, na ausência de dados semelhantes relativos aos remetentes e destinatários das missivas, visto não se tratar de um contexto como o dos tribunais do Santo Ofício, que requeriam um levantamento preciso sobre os depoentes, foi necessário levantar a classe socioprofissional por meio dos próprios documentos, associando-se pesquisas de cunho sócio-histórico sobre a realidade da administração colonial pública à época.

As cartas forneciam importantes informações sobre os destinatários, principalmente nas seções mais fixas, como o fecho complementar, constante da seção de despedida⁶. Expressões frequentes, como "De *Vossa Merce* | Soldado *muíto* attento", informam que se trata da categoria socioprofissional dos militares. Além disso, o conteúdo da missiva aliado à pesquisa sócio-histórica esclarece a posição de remetentes e destinatários. Há muitas cartas relatando a dificuldade em recensear os moradores a fim de elaborar um rol a ser enviado ao capitão-general. Tal tarefa, segundo a historiografia (BELLOTTO, 2007; LEONZO, 1979), era de responsabilidade dos militares. Comprova-se, então, que o remetente pertencia a essa categoria socioprofissional.

Além das informações constantes dos próprios documentos, levou-se em conta as pesquisas da historiografia sobre a administração no Brasil colonial (BELLOTTO, 2007; SALGADO, 1985; WEHLING; WEHLING, 2005).

Foram estabelecidas cinco esferas socioprofissionais que contemplam variados cargos da administração colonial, conforme se pode observar no quadro a seguir, extraída de Monte (2013, p. 128):

⁶ O fecho complementar é uma estrutura recorrente nas cartas setecentistas, fazendo parte da seção de despedida das mesmas. Constitui-se pela expressão "De + FT + expressão de reverência", como no exemplo "De *Vossa Merce* Servo e Criado *muíto* amante". Para mais informações sobre a estrutura diplomática das cartas, conferir Monte (2013), seção 2.6.

1. Administração geral - alta esfera	rei, vice-rei, governador, desembargador
2. Administração local	ouvidor, provedor, juiz de fora, juiz ordinário, juiz de vintena, intendente do ouro, guarda-mor das minas
3. Eclesiásticos	vigário capitular, frei, padre, pároco, capelão
4. Militares	sargento-mor, ajudante de ordens, capitão-mor, capitão, tenente, alferes, sargento
5. Moradores	agricultores, mineradores

Quadro 3. Proposta de categorização socioprofissional.

A administração geral corresponde à alta esfera de poder: o rei de Portugal e aqueles que lhe respondiam diretamente sobre assuntos relativos à administração da colônia, como o vice-rei, os governadores das capitanias e os desembargadores. A segunda esfera, da administração local, contempla os representantes da administração local, cuja ação acontecia dentro dos limites da capitania sobre o qual eram responsáveis, onde normalmente residiam. Trata-se dos cargos da justiça e da fazenda, a saber: ouvidor, juiz de fora, intendente do ouro, entre outros. Os eclesiásticos, figuras fundamentais e bastante presentes na documentação da época, são agrupados na terceira esfera. A quarta esfera é constituída pelos militares, ou seja, todos aqueles que possuíam patentes nas companhias de ordenanças e de auxiliares. A última esfera contempla os remetentes que escreveram à administração pública para fazer pedidos relativos a assuntos pessoais que requeriam uma ação do poder público, ou seja, aqueles que escreveram do lugar de moradores que eram das capitanias⁷.

Ressalte-se que não há ordem hierárquica entre as esferas, trata-se apenas de uma numeração com fins didáticos. É claro, no entanto, que as missivas dirigidas de qualquer uma das esferas à primeira delas, da administração geral, sempre constituirão uma relação assimétrica ascendente, e, na via inversa, assimétrica descendente. O mesmo não acontece em relação às demais esferas se comunicando entre si.

Tal proposta de categorização socioprofissional mostra-se produtiva para a classificação das relações epistolares tanto no *corpus* inicial, constituído por documentação lavrada na capitania de São Paulo, quanto nos *corpora* de cotejo, cuja datação tópica recobre a vila de Santos (SILVEIRA, 2004) e as capitanias do Rio de Janeiro (MARCOTULIO, 2008; RUMEU, 2004), de Santa Catarina (SCHREINER, 2007) e da Bahia (LOBO, 2001; MOTA, 2011). Todos aqueles envolvidos nessa documentação, tanto na posição de remetentes quanto de destinatários, enquadram-se nas categorias acima descritas.

5. Aplicação da categoria socioprofissional aos *corpora* de análise

Partindo-se da leitura dos documentos dos *corpora* de cotejo e da contextualização sócio-histórica dos mesmos, procede-se à classificação abaixo exemplificada. A metodologia utilizada para o levantamento de dados consistiu da marcação de todas as ocorrências das FT's, independentemente da posição do documento em que ocorriam, se nas estruturas mais fixas das cartas ou se na parte de texto livre, e da posição sintática que ocupavam⁸. Convém ressaltar que em apenas um documento de todos os *corpora* abaixo analisados constatou-se a mistura de FT's. Trata-se de uma carta do *corpus* inicial de análise, em que ao longo do documento o remetente se dirige ao destinatário usando a FT *vossa mercê*, porém usa a abreviatura relativa à FT *vossa senhoria* no fecho complementar.

Após o levantamento exaustivo das FT's presentes na documentação, classificaram-se os remetentes e os destinatários de acordo com a posição ocupada nas esferas das categorias socioprofissionais, lugar do qual se comunicavam.

⁷ São exemplos de assuntos pessoais: prejuízos causados pela fuga de um escravo, denúncias de crimes, defesas de supostas falsas acusações recebidas, pedidos para beneficiar filhos, afilhados, amigos e criados, compra de casas ou chácaras, entre outros.

⁸ Diferentemente das cartas pessoais do final do século XIX e do século XX, as cartas setecentistas e oitocentistas da administração pública analisadas não apresentam mistura de FT's, assim não há cartas mistas.

<i>Categoria socioprofissional do destinatário</i>	<i>Forma de tratamento preferencial</i>	
<i>Capitania de São Paulo</i>		
Alta esfera - Administração Geral	Rei	vossa majestade
	Governador	vossa excelência
Administração Local	vossa mercê	
Eclesiásticos	Altos cargos	vossa senhoria / vossa reverendíssima
	Padres e madres	vossa mercê
Militares	vossa mercê (9)	
<i>Capitania do Rio de Janeiro</i>		
Alta esfera - Administração Geral	Governadores	vossa excelência / vossa senhoria (10)
Militares	vossa mercê	
<i>Capitania de Santa Catarina</i>		
Alta esfera - Administração Geral	Vice-rei	vossa excelência
	Governador	vossa excelência / vossa senhoria (11)
Administração local	vossa mercê	
<i>Capitania da Bahia</i>		
Administração local	vossa mercê	
Eclesiásticos	Altos cargos	vossa excelência (reverendíssima) / vossa senhoria (ilustríssima) / vossa reverendíssima

Quadro 4. Categorias socioprofissionais dos destinatários e Formas de tratamento.^{9/10/11}

O primeiro dado a se destacar do quadro acima é o fato de haver pouca ou nenhuma variação na FT preferencial dentro de cada categoria socioprofissional, independente da capitania onde o manuscrito foi lavrado. Assim, a FT preferencial se mostra uniforme ao longo do vasto território abrangido pela documentação. Ou seja, um representante da administração local, por exemplo um juiz, era tratado pela FT *vossa mercê* independente da localidade em que exercia tal cargo: um juiz baiano foi assim tratado, bem como um juiz catarinense e um juiz paulista.

A uniformidade diatópica dos tratamentos, dessa forma, reforça a produtividade de se analisar o uso das FT's pelo viés das categorias socioprofissionais, sobretudo quando se trata de documentos da administração colonial em circulação pública.

Com relação às FT's em específico, observa-se que o uso das FT's de alto valor honorífico, como *vossa excelência*, *vossa senhoria* e *vossa reverendíssima*, fica reservado à alta esfera de poder, tanto da administração geral quanto dos eclesiásticos. Os governadores de capitanias, que possuíam a patente de capitão-general, eram tratados por *vossa excelência* ou *vossa senhoria*. Os eclesiásticos que ocupavam altos cargos, como arcebispo,

⁹ Nas cartas do século XIX, editadas por Silveira (2004), a patente militar mais alta, tenente-coronel, recebeu o tratamento de *vossa senhoria* em documentos oitocentistas. Tal dado aponta para uma diferenciação linguística por meio das FT's para aqueles que possuíam altos postos de comando a partir desse período.

¹⁰ O governador da capitania de Santa Catarina é tratado tanto por *vossa senhoria* quanto por *vossa mercê*. Nas cartas de *vossa mercê*, o conteúdo das missivas é estritamente militar.

¹¹ O governador tenente-coronel interino de Santa Catarina, que não possuía a patente de capitão-general, é tratado em alguns documentos por *vossa mercê*. O fato de não possuir tal patente pode explicar o uso variável da FT.

vigário capitular, madre abadessa, eram tratados pelas mesmas formas, que poderiam vir acompanhadas das expressões *reverendíssima* ou *ilustríssima*. Tal uso indica que, no interior da categoria socioprofissional dos eclesiásticos, havia uma diferenciação linguística no tratamento àqueles que ocupavam as posições superiores da hierarquia.

Já com relação aos militares, não se verifica o mesmo comportamento, sendo todos tratados por *vossa mercê*, independentemente da patente possuída. Esse comportamento contraria a hipótese elaborada a partir da leitura da lei de cortesia de 1739, que afirmava que se devia atribuir o tratamento conforme os postos que os militares ocupavam¹².

Tal dado atesta também o maior valor honorífico atribuído às formas *vossa senhoria* e *vossa excelência* em relação à FT *vossa mercê*. Convém lembrar que as leis de cortesia nem chegaram a dispor sobre quem deveria ser tratado por *vossa mercê*, atestando que a FT já não apresentava cortesia suficiente para tratar aqueles que pertenciam à corte.

Pode-se sintetizar o uso das FT's verificado nos *corpora* pesquisados de acordo com o quadro a seguir:

<i>Categoria socioprofissional do destinatário</i>	<i>Forma de tratamento preferencial</i>
Administração Local (juízes, ouvidores etc.) Militares Eclesiásticos comuns (padres)	vossa mercê
Alta esfera - Administração Geral	vossa excelência e vossa senhoria
Eclesiásticos - altos cargos	vossa excelência (reverendíssima) vossa senhoria (ilustríssima) vossa reverendíssima

Quadro 5. Consolidação do uso das FT's de acordo com a categoria socioprofissional.

Ao se constatar que a FT *vossa mercê* era amplamente utilizada para a comunicação entre aqueles que lidavam de perto com as questões cotidianas das capitanias, como os militares, que tiveram papel fundamental na capitania de São Paulo, os juízes e os ouvidores, os padres, entre outros, percebe-se que tal FT carregava a cortesia necessária para o tratamento entre tais classes socioprofissionais. Deve-se ressaltar que tanto moradores que necessitavam da ajuda de um capitão-mor para resolver questões de âmbito pessoal, quanto um subordinado seu, tratavam-no por *vossa mercê*. Por outro lado, o capitão-mor tratava seus subordinados usando a mesma FT. Mesmo entre dois capitães-mores, a FT escolhida era *vossa mercê*.

Ilustra-se no quadro a seguir essa diversidade de relações, verificada no *corpus* paulista:

¹² Atesta-se o uso da FT *vossa senhoria* apenas em três cartas dirigidas a um militar que ocupava alto posto, de comandante das expedições ao Tibagi, atuando bem próximo ao governador Morgado de Mateus. Acredita-se que tanto sua alta patente quanto sua proximidade da alta esfera de poder são os fatores responsáveis pela eleição da forma de maior valor honorífico.

<i>Categoria socioprofissional do remetente</i>	<i>Categoria socioprofissional do destinatário</i>	<i>Forma de tratamento</i>	<i>Relação epistolar</i>	<i>Assunto da missiva</i>
militar capitão-mor	militar capitão-mor	vossa mercê	simétrica	pagamento de patentes de militares
eclesiástico capelão	militar capitão-mor	vossa mercê	categorias diferentes	agradecimento
morador	militar capitão	vossa mercê	categorias diferentes	prejuízos causados na fazenda por soldados
militar alferes	militar tenente	vossa mercê	assimétrica ascendente	notícia sobre a prisão de soldados desertores
militar capitão-mor	militar sargento-mor	vossa mercê	assimétrica descendente	notícia sobre a prisão de mulher adúltera

Quadro 6. Relação de cartas e classificação socioprofissional.

Verifica-se, no quadro acima, a produtividade do uso de *vossa mercê*, presente em todos os tipos de relação epistolar. A segunda coluna indica que todos os destinatários das missivas fazem parte da categoria socioprofissional dos militares. Esse dado, associado ao fato de os remetentes pertencerem a categorias socioprofissionais diversas, demonstra que a posição ocupada pelos destinatários das missivas dentro do contexto sócio-histórico era um fator importante para a escolha das FT's à época.

O cotejo com *corpora* de natureza semelhante, lavrados em outras capitanias, reforça tal hipótese, mostrando que os militares, assim como os representantes da administração local, eram preferencialmente tratados por *vossa mercê*. Dessa forma, é interessante pesquisar como se constituíam e se distribuíam tais categorias em cada uma das capitanias.

No caso específico de São Paulo, sabe-se que os militares exerceram um papel fundamental na sócio-história da capitania, desde o início da colonização (SILVA, 2009). Na época da documentação editada, coincidente com o período de governo de Morgado de Mateus, nono governador e capitão-general da capitania de São Paulo (AMARAL, 2006), estruturam-se as companhias auxiliares e de ordenança, com a principal função de defender a colônia das ofensivas espanholas. Como a capitania havia sido extinta em 1748 e restaurada em 1765 (BELLOTTO, 2007), era necessário que se recrutassem moradores para preencher os postos vagos nessas companhias, bem como assegurar que as ordens dadas pelos governadores estavam sendo cumpridas em cada uma das vilas. Esse contexto foi um dos responsáveis pela intensa comunicação escrita lavrada no período de 1765 a 1775. Além disso, é possível confrontar a descrição presente nas obras da historiografia paulista com a realidade narrada nas cartas editadas.

Uma informação fundamental relativa aos militares, envolvidos na vasta maioria dos documentos paulistas editados, é o fato de serem naturais da terra, informação confirmada pela pesquisa sobre a naturalidade dos mesmos, efetuada no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo (sobretudo em registros de casamento), no Arquivo Público do Estado de São Paulo (principalmente em autos de inventário e contas de testamento) e também na **Genealogia Paulistana** (LEME, 1903). Tal fato, além de essencial para as pesquisas sobre a história da língua portuguesa no Brasil e em São Paulo, auxiliando na formação de *corpus* rico constituído de documentos escritos por genuínos paulistas, constitui importante pista para descrever as diferentes FT's usadas ao longo do Brasil. Nos locais em que foi mais frequente a presença de portugueses, ocupantes da alta esfera de poder, exercendo cargos da administração geral, como governadores e demais cargos que respondiam direto ao rei, tais como Santos e Rio de Janeiro, nota-se a preferência pela FT *tu*¹³. Já em locais em que havia muitos militares e

¹³ Ressalte-se que as pesquisas atuais sobre a distribuição dos pronomes de tratamento nos referidos locais apontam para um ganho de espaço do pronome *você* a partir da década de 1940 (LOPES; MARCOTULIO; RUMEU, 2015).

ocupantes de cargos da administração local, que eram preferencialmente exercidos pelos naturais da terra, verifica-se o uso maior da FT *você*. Ainda são necessárias pesquisas mais extensas, que deem conta do contexto sócio-histórico específico de cada uma das capitanias, mas parece haver uma relação próxima entre a distribuição de categorias socioprofissionais e a FT preferencial, consequentemente entre a maior presença de população nativa e o uso das FTs.

O caso de a documentação paulista apresentar alto índice de *vossa mercê* e os lugares por onde passaram as tropas paulistas apresentar predomínio de *você* não parece ser fortuito. Segundo Menon e Loregian-Penkal (2002 apud COELHO, GÓRSKI, 2011, p. 269),

a implantação de *você* no sul do Brasil deve ter acontecido como resultado da penetração dos paulistas, durante o período em que viajavam para comprar gado, atingindo primeiro Curitiba, passando pelo planalto catarinense (em regiões como Lages, por exemplo) e parte do Rio Grande do Sul (Vacaria). E essa transmissão ocorreu no mesmo momento em que se deu o povoamento dessas cidades, a partir da segunda metade do século XVIII.

Sobre Lages, inclusive, quando do intento de lá instalar um povoamento, Morgado de Mateus escolhe como dirigente um capitão-mor, que era proprietário da região desde 1754: Antônio Correia Pinto (MONTE, 2013). Ou seja, um militar, provavelmente paulista, é designado para desenvolver a vila de Lages.

Considerações Finais

Conforme demonstrado pela análise das FT's nos *corpora* descritos, a classificação dos envolvidos nas relações epistolares de acordo com a proposta de categorias socioprofissionais se mostrou produtiva para documentos da administração colonial em circulação pública. A uniformidade na escolha das FT's no tratamento a cada uma das categorias socioprofissionais comprova que se tratava de uso consolidado e conhecido por aqueles que participavam da tradição escrita no período colonial.

A alta frequência da FT *vossa mercê* entre os militares, os administradores locais e os padres aponta para uma importante via de análise da história das FT's no Brasil, uma vez que tais categorias eram normalmente ocupadas pelos naturais da terra. Segundo a pesquisa sobre o *corpus* paulista, dos 27 remetentes localizados, 67% haviam nascido no Brasil e, dos 33% de portugueses, metade estava na colônia há pelo menos 18 anos. Quase um terço dos militares localizados provinha de famílias que chegaram no Brasil no século XVI, ou seja, pertencem ao grupo dos primeiros colonizadores.

As informações sobre a naturalidade dos informantes corroboram a hipótese de que os nascidos na colônia se tratavam preferencialmente pela FT *vossa mercê*, já que eram os naturais da terra aqueles que ocupavam as categorias socioprofissionais dos militares, dos administradores locais e dos padres, conforme ficou comprovado com a pesquisa sobre o *corpus* paulista.

Estudando-se o contexto sócio-histórico de cada capitania, verificando-se a movimentação de portugueses e brasileiros, de acordo com os cargos que ocupavam nas vilas, e aliando esses estudos à documentação produzida por informantes minimamente identificados será possível traçar uma história das FT's no Brasil com mais segurança.

Enquanto se está por fazer esse estudo, vale apontar que talvez o alto uso da FT *vossa mercê* pelos paulistas na documentação escrita possa ter uma relação estreita com o que se verificava em sua fala. Não parece ser coincidência, aliás, o fato de se documentar predominância do pronome *você* pelo caminho trilhado pelos paulistas no período colonial.

Fontes manuscritas

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Inventários não publicados 1774-1775, Inventário de Manoel Alvares de Fonseca, 1775, São Paulo (Lata C 551). Acervo APESP.

Juízo dos Órfãos, Inventário de Antônio Ferreira Lustosa, 1775, São Paulo (Lata C 665). Acervo APESP.

Juízo dos Órfãos, Arrematação dos bens de Antônio Ferreira Lustosa, 1779, São Paulo (Lata C 5340). Acervo APESP.

Provedoria Geral de Resíduos, Contas de Testamento do Defunto José Rodrigues Paes – Guarda-mor, 1804, Vila de Santana do Parnaíba (Lata C 05486). Acervo APESP.

Livros de Sesmarias, Patentes e Provisões

Ordem 365, lata 7 (Sesmarias, Patentes e Provisões - 1752-1766) - livro 15

Ordem 367, lata 8 - livros 17 e 18

Ordem 367, lata 9 (Sesmarias, Patentes e Provisões - 1771-1778) - livros 19 e 20

Livros Mestres

0.446 - lata 88 - livro 269 (Livro Mestre do Regimento dos Úteis - 1794/1822)

0.448 - lata 90 - livro 275 (Livro Mestre do Primeiro Regimento de Infantaria Miliciana da Capital - 1811/1822)

Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

Livro de tombo da Sé (1747-1785) notação: 2-2-17

Processos de Collações de Dignidades e Conézas da Sé

Ficha Biográfica do Clero (manuscrita) - Padre Manuel de Barros

Registros de casamento

Livro 2 de Casamentos da Catedral da Sé 1690-1767 notação: 1-3-16

Livro 3 de Casamentos da Catedral da Sé 1768-1782 notação: 2-2-22

Processos de habilitação

Processo de habilitação do Padre Ignácio Rodrigues Barbosa (1747)

Estante 1 – Gaveta 15 – Nº 166

Processo de habilitação do Padre José Cardoso de Almeida (1748)

Estante 1 – Gaveta 16 – Nº 174

Processo de habilitação do Padre Francisco Xavier Garcia (1754)

Estante 1 – Gaveta 31 – Nº 273

Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro

Série Habilitação Sacerdotal

Série Provisão de Padre

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

As imagens do *corpus* utilizadas neste artigo pertencem ao Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

Gaveta I-30, 21 - Microfilme MS-553

Coleção Morgado de Mateus. Série: documentos avulsos. Correspondências de terceiros.

Microfilmes MS-553 (17), (18) e (20)

Coleção Morgado de Mateus. Série: documentos avulsos. Correspondências de vários autores ao governador da capitania de São Paulo, Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus.

Microfilme MS-553 (11)

Idea porque forão levantadas de novo as tropas auxiliares da Capitania de São Paulo.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, Amadeu do. *O dialeto caipira*. São Paulo: Hucitec, 1955. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=7381>. Acesso em: 28 jun. 2015.
- BARBOSA, Afranio Gonçalves. *Para uma História do Português Colonial: Aspectos Lingüísticos em Cartas de Comércio*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- BASTO, Claudio. Formas de tratamento, em português. *Revista Lusitana*, n. 29, p. 183-202, 1931.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2007.
- BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: SEBEOK, T. A. (Ed.). *Style in language*. Cambridge: MIT Press, 1960. p. 253-449. Disponível em: <<http://www.researchschool.org/intranets/Brown%20and%20Gilman%201960.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2015.
- COELHO, Izete Lehmkuhl; GÖRSKI, Edair Maria. A variação no uso dos pronomes tu e você em Santa Catarina. In: LOPES, Célia Regina dos Santos; COUTO, Leticia Rebollo. (Orgs.) *As formas de tratamento em português e em espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói: Editora da UFF, 2011. p. 263-287.
- CINTRA, Luís Felipe Lindley. *Sobre "formas de tratamento" na língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.
- LEI SOBRE OS ESTILOS DE FALAR E ESCREVER. S.l.: s.n., depois de 16 de Setembro de 1597. [2] f. Cota do exemplar digitalizado: res-2312-v. Disponível em: <<http://purl.pt/15187>>. Acesso em: 30 jun. 2015.
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva Leme. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Companhia, 1903-1905. 9 v. Disponível em: <<http://archive.org/details/GenealogiaPaulistana>>. Acesso em: 28 jun. 2015.
- LEONZO, Nanci. *As companhias de ordenanças na capitania de São Paulo: das origens ao governo do Morgado de Matheus*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.
- LOBO, Tânia Conceição Freire (Org.). *Cartas baianas setecentistas*. 1. ed. São Paulo: Humanitas / FAPESP, 2001. (Série Diachronica, 3).
- LOPES, Célia Regina dos Santos. Tradição Textual e mudança linguística: aplicação metodológica em cartas de sincronias passadas. In: MARTINS, Marco Antonio; TAVARES, Maria Alice. (Orgs.). *História do Português Brasileiro no Rio Grande do Norte: análise linguística e textual da correspondência de Luís Câmara Cascudo a Mário de Andrade - 1924 a 1944*. 1 ed. Natal: EDUFRRN, 2012, v.1. p. 17-54. Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/laborhistorico/producao/UFRN.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2015.
- _____.; MARCOTULIO, Leonardo Lennertz; RUMEU, Márcia Cristina de Brito. (Orgs.) A reorganização no sistema pronominal de 2ª pessoa na história do português brasileiro: posição de sujeito. In: *História do Português Brasileiro*, Vol. III, Tomo 2, Mudança sintática sob a perspectiva funcionalista. No prelo.
- LUZ, Marilina dos Santos. Fórmulas de tratamento no português arcaico – subsídios para o seu estudo. *Revista Portuguesa de Filologia*, v. 7, 8 e 9, 1958. Ed. Casa do Castelo. Separata.
- MARCOTULIO, Leonardo Lennertz. *A preservação das faces e a construção da imagem no discurso político do marquês do Lavradio: as formas de tratamento como estratégias de atenuação da polidez linguística*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/posverna/mestrado/MarcotulioLL.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2015.
- MARQUILHAS, Rita. *A Faculdade das Letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.
- MEGALE, Heitor; CAMBRAIA, César Nardelli; CUNHA, Antonio Geraldo. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2001. (Série Diachronica, 1).
- _____.; TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida (Orgs.). *Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII*. Cotia: Ateliê Editorial, 2005. (Série Diachronica, 4).
- MONTE, Vanessa Martins do. *Correspondências paulistas: as formas de tratamento em cartas de circulação pública (1765-1775)*. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-18062013-103230/pt-br.php>>. Acesso em: 28 jun. 2015.
- MOTA, Ana Claudia de Ataíde Almeida. *Documentos avulsos do Convento da Lapa (Salvador, Bahia, séculos XVIII e XIX)*: Edição e estudo. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-19102011-125754/>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

RAMOS, Jânia. Tratamento na díade pai e filho: uso de *você* e *senhor*. In: LOPES, Célia Regina dos Santos; COUTO, Leticia Rebollo. (Orgs.) *As formas de tratamento em português e em espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói: Editora da UFF, 2011. p. 289-301.

RUMEU, Márcia Cristina de Brito. *Língua e sociedade: a história do pronome "Você" no português brasileiro*. Rio de Janeiro: Ítaca, 2013.

_____. *Para uma História do Português no Brasil: formas pronominais e nominais de tratamento em cartas setecentistas e oitocentistas*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2004.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Paleografia e fontes do período colonial brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2005. Estudos Cedhal (Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina). n. 11.

SCHREINER, Cátia. *Edição semidiplomática de documentos manuscritos catarinenses do século XVIII: livro de 'ofícios do vice-rei para o governador da capitania' (1793-1798)*. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-03102007-142123/>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

SILVEIRA, Cláudia Damião Lopes de Almeida. *Edição de textos relativos à defesa, segurança e fiscalização portuária da Baixada Santista no período final do século XVIII e início do século XIX*. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.